

## Dossiê “Crise”

Estamos enredados em crises, há “a crise de/em tudo”, assim é dito. A insistência das crises parece algo muito bem distribuído entre nós, algo muito democrático, pode-se dizer. Crise civilizatória, crise econômica, crise política, crise das ciências, crise dos valores, crise das instituições, crise da fé, crise existencial, crise da universidade. A lista segue aumentando ao sabor dos acontecimentos, das complicações, das resistências, das tensões em geral e de todo tipo de emoção provocada pela presença do termo ou da “percepção de crise” em qualquer instância. Grosso modo, tal percepção se daria, aproximadamente, assim: Há algo de muito errado e disfuncional com X, porque este não parece ser ou não operar como antes, ou tal como fora programado; alguma providência precisa ser tomada com urgência – mas o quê, como, a partir de quais critérios? Quem avaliará a situação de X corretamente, quem decidirá o que fazer, quem tomará as providências, quem se beneficiará, quem se responsabilizará pelas consequências inesperadas? Crises provocam abalos sobre o que era considerado pronto, acabado, determinado, estável; crises podem nos abater quando fenômenos se mostram mais complexos e difíceis de lidar do que imaginávamos.

É bem sabido que, em seu sentido originário, “crise” aparece no âmbito do direito, da medicina e da teologia, significando “separação”, “suspensão”, “decisão”, “juízo”, “escolha”. De modo geral, pode-se dizer que é um momento decisivo dentro de um processo difícil, em que uma escolha precisa ser feita, com discernimento (de preferência), entre alternativas opostas como, por exemplo, o certo e o errado, a vida e a morte, a salvação e a danação, o antigo e o novo. O termo “crítica” tem a mesma raiz de “crise”, significando, grosso modo, que todos os aspectos de alguma coisa são (ou, em algum momento, se tornaram) questionáveis e demandam avaliação, um julgamento. Enquanto um conceito político e histórico-filosófico, “crise” expressa mais do que um momento de indefinição – provisório, emergencial ou extraordinário – apresenta-se como evento recorrente, ou crônico, permanente. Isto sugere que decisões não são ou não podem/puderam ser tomadas, que as contradições presentes no processo não podem ser superadas – ou não é desejável que sejam superadas (podendo haver a suspensão da ação, a manutenção das tensões). Seja como for, o certo é que, pelo menos segundo a visão ocidental, a resolução se dará no futuro, ou antes, segundo um futuro projetado (ou pré-definido), em que, geralmente, o passado e o presente precisam ser, respectivamente, esquecido e acelerado.

Diante dessa série de caracterizações, perguntamos: seria a crise “tanto um evento histórico quanto uma condição persistente da vida, e até mesmo a base para uma condição humana transcendente” (ROITMAN, Janet. *Anti-crisis*, 2014)? A persistência da crise se impõe por esta ser essencial para consciência humana, por “sermos crise” (SANTOS, Mário Ferreira. *Filosofia da Crise*, 2017)? Ou a manutenção de “estados de crise” se impõe por ser inerente, funcional e útil a determinado *status quo* ou ideal de progresso (econômico e político, por exemplo)? Em comparação a que estado de coisas podemos afirmar que estamos em crise? Qual é o estatuto epistêmico de quem realiza a comparação, ou os diagnósticos do presente, e afirma haver uma crise “de qualquer coisa”? Há a suposição de um “privilegio epistêmico” nisso, pois afirmar a crise de qualquer coisa parece atribuir ao enunciador a

capacidade considerável para realizar diagnósticos ou prognósticos a partir de alguma perspectiva supostamente especial sobre o que está em jogo em nossa existência, em nosso trabalho intelectual, em nossos juízos – especialmente, quando se fala em “decadência de um estado de coisas” e/ou “necessidade de mudança”.

O leitor terá a oportunidade de reconhecer que as maneiras como algumas das caracterizações do conceito de crise descritas acima foram inspiradas e se mostram, ora sutilmente, ora de modo mais explícito, nos escritos presentes neste volume. Reconhecerá igualmente os nexos entre os trabalhos. Ademais, poderá observar a atualidade e a urgência do nosso conteúdo, bem como a intensidade do nosso tom. Afinal, os textos do Dossiê “Crise” foram elaborados em meio a um cenário político e social que incorpora vários, senão todos, os sentidos de “crise”. Assim posto, esta edição da Revista *Em Construção* traz artigos, ensaios e uma entrevista que têm o intuito de oferecer alguns recursos teórico-conceituais e metodológicos de natureza interdisciplinar para pensarmos, compreendermos e nos posicionarmos a respeito das circunstâncias, das condições materiais e dos atores envolvidos em narrativas de crise (ou críticas).

O artigo que abre o dossiê resgata uma das questões mais gerais e, por que não dizer, clássicas envolvendo o nosso conceito-chave: a crise do sentido de alguma coisa provocada pelo esquecimento, desvio, negação ou não reconhecimento de sua finalidade última. Especificamente, **Marcelo Rosa Vieira** descreve o diagnóstico de Edmund Husserl (1859-1938) sobre a crise do significado da ciência europeia para a existência humana após a, assim denominada, Revolução Científica do século XVII, bem como faz uma exposição da contribuição do filósofo alemão para solucionar o caso: a concepção de uma nova cientificidade mediante sua filosofia fenomenológica transcendental.

Na sequência, **Fábio Antonio da Costa** nos contempla com a exposição sobre a concepção da Modernidade sobre a crise, enquanto conceito histórico, e seu caráter “fantasmagórico”, mediante um contraste com o modo como comunidades minoritárias, quilombolas e de matrizes africanas lidam com a relação entre a terra, suas heranças, a temporalidade e o outro (o diferente). O conceito de crise aparece como elemento-chave do modo como narrativas e ações são organizadas ao longo do tempo por culturas diferentes. O que diferencia uma cultura “rica em crises” de uma que é, como afirma o autor, refrataria ao conceito de crise? Que tipos de consequências existenciais, políticas e sociais trazem as formas de temporalização, de lida com a terra e com o sagrado? Esse ensaio é um rico trabalho de esclarecimento conceitual que envolve filosofia, teoria da história, religião comparada antropologia e antropologia filosófica.

O leitor pode apreciar o trabalho “especulativo-etnográfico” de **Bernardo Curvelano Freire** como uma espécie de desdobramento vívido (“trabalho de campo e pele”) do ensaio anterior. Um misto de artigo, ensaio e relato de experiência de um professor de antropologia no sudeste do Piauí. Através da noção de “administração da diferença”, ele nos oferece a oportunidade de aprender mais profundamente a materialidade do modo como o conceito de crise se faz presente nos tratos burocráticos e existenciais envolvidos nas relações assimétricas do Estado com comunidades minoritárias, nativas (indígenas) e quilombolas – ou seja, com aqueles que parecem não fazer parte do projeto de futuro ou do “progresso” em virtude de suas diferenças culturais, que são tratadas com indiferença. Essa lida administrativa, nas palavras do autor, se configura como “a manifestação da crise como forma”. Eis uma crise instaurada pelo embate entre o “novo” e o “arcaico”, em que uma das partes do binômio deve sumir para dar lugar àquele que dispõe do poder. A crise também tem a ver com a eliminação (“administração”?) do outro, que é apresentado como “tudo aquilo que não presta” para determinados (supostos) “projetos de nação”.

Qualquer projeto de nação (em especial aquele cuja possibilidade de efetivação é tão suspeita que precisa ser registrado entre aspas) de um país que se considera democrático deve levar em alta conta a representatividade política. Entretanto, não obstante o quão forte seja a democracia nesse país, a política será sempre o trabalho nos/com os conflitos entre as diferenças, a fim de encontrar algum consenso. Para tanto, a capacidade de comunicação e de compreensão de narrativas é imprescindível. **Vitor de Moraes Peixoto** e **Ralph André**

**Crespo** nos oferecem recursos da Ciência Política para nos situarmos na atual crise política brasileira. Mais precisamente, os autores nos dotam de conceitos, fatos e dados estatísticos para compreendermos alguns aspectos do conturbado cenário político nacional entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer, passando pelo impeachment de Dilma Rousseff e pelos os áudios da JBS. Além de ser um valoroso trabalho analítico, o artigo prepara o terreno para refletirmos acerca das incertezas (sintomas do que poderíamos chamar de “crise de representatividade”) sobre os rumos da democracia brasileira durante as eleições presidenciais do ano de 2018, tópico explorado no texto subsequente.

Tendo sua estrutura inspirada no clássico “Teses sobre Feuerbach” (1845), de Karl Marx (1818-1883), o texto de **André de Oliveira Mendonça**, escrito no auge dos embates da campanha eleitoral para a presidência da república, expressa tanto os receios em relação à intensa e eloquente guinada antidemocrática da representação política nacional pós-impeachment, quanto a força de resistência daqueles que lutam pelo Estado Democrático de Direito. Movendo-se entre o acadêmico e o informal, entre o diagnóstico e o prognóstico críticos, o leitor estará diante de um ensaio-manifesto potente e urgente para pensarmos o modo como vivemos atualmente. Seu poder de alcance e pertinência para o futuro deverão ser avaliados conforme decidiremos e agiremos sobre nossos modos de viver em coletividade nos próximos quatro anos.

Uma preocupação pertinente com o conceito em pauta se baseia no fato de a alegação de um “estado de crise” poder ser usada, leviana ou cinicamente, como desculpa (e não justificativa) para uma consequência indesejável de planos malconduzidos ou deliberadamente escusos. Nesse sentido, alarmes de crise se apresentam tão-somente como cortinas de fumaça para encobrir a complexidade das situações, como ilusões para agitar ou docilizar o público diante de falsas opções e da suspensão da capacidade de tomar decisões, beneficiando aqueles que se aproveitam das perplexidades, das esperanças e dos impasses e oportunidades provocados em circunstâncias “críticas”. Tratamos a respeito dessas características da crise na breve entrevista que encerra nosso dossiê. Conversamos com **Rubens Roberto Ribeiro Casara**, autor de *Estado Pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejados* (2017), sobre sua polêmica hipótese de que não há uma crise paradigmática do Estado Democrático de Direito no Brasil.

A despeito de ser empregado como um lugar-comum na mídia e nas conversas cotidianas, “crise” é um conceito muito complexo e de destaque em vários campos de conhecimento, tais como o da história, da filosofia, das ciências sociais, da medicina, da psicologia, da economia, entre outros. Por isso, consideramos que ele é importante demais para ser usado de forma vaga, leviana, gratuita e demagógica. Acreditamos que a pretensa familiaridade cotidiana com o termo seja capaz de provocar mais instabilidades, incertezas e confusões do que os fenômenos que o mesmo pretende designar. Logo, um retorno aos conceitos faz-se urgente. Afinal, conforme escreveu o historiador búlgaro Tzvetan Todorov: “Para nos comportarmos como seres responsáveis, precisamos de um plano conceitual que possa fundamentar não somente nossos discursos, o que é fácil, mas também nossos atos” (*O espírito das Luzes*, 2008, p.9). Tudo isso já é o suficiente para justificar a manifestação de nossa teimosia em perguntar, uma vez mais, sobre a Crise (parafraseando Mario Ferreira dos Santos em seu “Nós e a Crise”).

Ainda nesta edição temos as contribuições de **Maria Cristina Machado Motta**, um artigo intrigante que articula a antropofagia modernista de Oswald de Andrade (1890-1954) e a biologia, através do conceito de “canibalismo”. Tanto a antropofagia quanto o canibalismo são termos usados para pensar a cultura nacional. Contudo, aquele último encontra-se no nível biológico, o que leva a autora a pensar o conceito de “simbiose” como mais apropriado para repensar a relação entre ciências da vida e manifestações de criações artísticas como possibilidade de uma reinvenção do sentido do *Manifesto Antropofágico*.

Em seguida, o artigo de **Vinícius Carvalho da Silva** aborda o relacionamento entre ciência e fé religiosa, tema sempre polêmico e relevante para entendermos o significado da vida científica, a

despeito das insistências a respeito da incompatibilidade entre aqueles “dois sistemas de crenças e práticas”. O autor recorre à pesquisa teórica e de campo (aplicação de questionário) para nos trazer algo como um *survey* com análise conceitual e estatística sobre o que pós-graduandos do Instituto de Biofísica da UFRJ concebem como sendo a relação entre ciência e religião.

**Maria Helena Silva Soares** encerra a nossa quarta edição com uma resenha do livro *Historicidade e Objetividade* (2017), uma compilação de artigos seminais da historiadora da ciência Lorraine Daston. A autora da resenha não apenas nos exorta a ler e nos aprofundarmos nos estudos de Daston, como também, ao final, faz um instigante convite às leitoras e leitores da Revista *Em Construção*.

*Os Editores e Leonardo Miguel (organizador do dossiê)*